

ESTADO DE RONDÔNIA Assembleia Legislativa	
11 AGO 2020	
Protocolo:	068/20
Processo:	068/20
RECEBIDO 16h09min 28 JUL 21	
<i>Darvina</i> Servidor (nome e sobrenome)	

SEI/ABC - 0012679615 - Mensagem
Veto Total nº 069/20

AO EXPEDIENTE

Em: 29 JUL 2020

Presidente



GOVERNADORIA - CASA CIVIL
MENSAGEM N° 167, DE 28 DE JULHO DE 2020.



EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA:

Com amparo no artigo 42, § 1º da Constituição do Estado, impõe-me o dever de informar a Vossas Excelências que vetei totalmente o Autógrafo de Lei nº 701/2020, de iniciativa da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia - ALE, que “Altera e acrescenta dispositivos na Lei nº 4.793, de 18 de junho de 2020 que ‘Dispõe sobre a redução proporcional das mensalidades da rede privada de ensino durante o plano de contingência do novo coronavírus da Secretaria de Estado da Saúde.’”, encaminhado a este Executivo por intermédio da Mensagem nº 130/2020-ALE.

Senhores Deputados, é mister destacar que o controle de constitucionalidade é o mecanismo-instrumento de garantia das Constituições, mais precisamente da supremacia da Constituição. Dito isso, tem-se que este fator caracteriza-se como sendo a verificação, adequação e compatibilidade - formal e material - entre as manifestações jurídicas (atos executivos, legislativos e judiciais) e a própria Carta Magna. Assim, todo o ato normativo ou legislativo que contrariar a Lei Maior será, imediatamente, tido como vício de inconstitucionalidade.

Nesta toada, importa sublinhar que o Direito Civil é o ramo do Direito que engloba o conjunto de normas jurídicas responsáveis por regular os direitos e obrigações de ordem privada em relação às pessoas, seus bens e relacionamentos, isto posto, frisa-se que tal ramo trata especificamente das relações entre os cidadãos no âmbito particular. Assim, resta dizer que o Direito Civil estabelece direitos e impõe obrigações no campo dos interesses individuais.

Diante do que se expôs e em atenção ao Autógrafo em análise, nota-se não haver consonância com os preceitos disciplinados pelo instituto da competência orgânica, uma vez que a matéria tratada no referido expediente é de competência legislativa exclusiva da União, qual seja, legislar sobre Direito Civil.

É cediço, no entanto, que a iniciativa da Lei que se pretende alterar serve para amenizar a aflição dos responsáveis pelo custeio da educação, tendo em vista a diminuição do poder aquisitivo provocada pela pandemia, aliada às demissões e reduções salariais. Contudo, é inegável que tais leis - estaduais e municipais - invadem a competência privativa da União, conforme previsto no art. 22, inciso I, da Constituição Federal, senão vejamos:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho.

(...) (grifos meus)

Em análise às leis semelhantes ao teor do Autógrafo em apreço, o Supremo Tribunal Federal - STF, posicionou-se pela inconstitucionalidade, face à usurpação de competência da União para legislar sobre Direito Civil, neste sentido, observemos os julgados referentes à ADI 1.007/PE e ADI 1.042/DF, respectivamente:

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI N. 10.989/93 DO ESTADO DE PERNAMBUCO. EDUCAÇÃO: SERVIÇO PÚBLICO NÃO PRIVATIVO. MENSALIDADES

ESCOLARES. FIXAÇÃO DA DATA DE VENCIMENTO. MATÉRIA DE DIREITO CONTRATUAL. VÍCIO DE INICIATIVA. 1. Os serviços de educação, seja os prestados pelo Estado, seja os prestados por particulares, configuram serviço público não privativo, podendo ser desenvolvidos pelo setor privado independentemente de concessão, permissão ou autorização. 2. Nos termos do artigo 22, inciso I, da Constituição do Brasil, compete à União legislar sobre direito civil. 3. Pedido de declaração de inconstitucionalidade julgado procedente.

(ADI 1007, Relator(a): EROS GRAU, Tribunal Pleno, julgado em 31/08/2005, DJ 24-02-200.

EMENTA: INCONSTITUCIONALIDADE. Ação Direta. Lei nº 670, de 02 de março de 1994, do Distrito Federal. Cobrança de anuidades escolares. Natureza das normas que versam sobre contraprestação de serviços educacionais. Tema próprio de contratos. Direito Civil. Usurpação de competência privativa da União. Ofensa ao art. 22, I, da CF. Vício formal caracterizado. Ação julgada procedente. Precedente. É inconstitucional norma do Estado ou do Distrito Federal sobre obrigações ou outros aspectos típicos de contratos de prestação de serviços escolares ou educacionais.

(ADI 1042, Relator(a): CEZAR PELUSO, Tribunal Pleno, julgado em 12/08/2009)

Desta forma, vê-se com clareza que a proposta contida no Autógrafo de Lei nº 701/2020, se mostra inconstitucional, visto que o Estado não possui competência constitucional para editar normas que versem sobre obrigações, contraprestações ou outros aspectos típicos de contratos de prestação de serviços escolares ou educacionais, como colocaram os autores citados, que implicam em matérias de Direito Civil, quais são reservadas à competência privativa da União. Dito isto, opino pelo Veto Total, com fulcro no art. 42, § 1º da Constituição do Estado.

Certo de ser honrado com a elevada compreensão de Vossas Excelências e, consequentemente à pronta aprovação deste Veto Total, antecipo sinceros agradecimentos pelo imprescindível apoio, subscrevendo-me com especial estima e consideração.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador



Documento assinado eletronicamente por **Marcos José Rocha dos Santos, Governador**, em 28/07/2020, às 16:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0012679615** e o código CRC **6D081B44**.